

# SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Pur. e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - 25 de setembro de 2006 - nº 233



## COPASA DESMANCHA O ATENDIMENTO À SAÚDE

O presidente da Copasa, Márcio Nunes, decidiu cortar radicalmente os gastos da empresa com a assistência à saúde de trabalhadores aposentados e afastados por doença, muitas vezes adquirida no próprio exercício profissional.

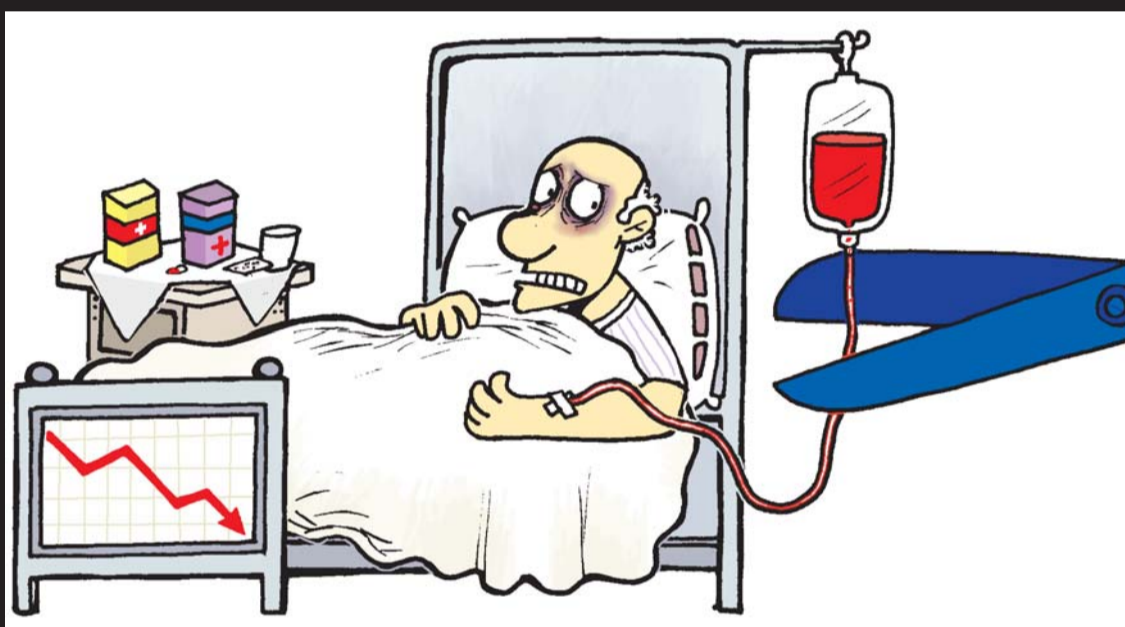
A empresa coloca em risco a vida de vários companheiros que se encontram em estado grave de saúde. Antes de verificar a gravidade e a legalidade da medida, dedicou-se primeiro a gastos apresentados em relatório da Divisão de Benefícios (DVBN).

Os companheiros

atingidos foram pegos praticamente de surpresa e tiveram consultas desmarcadas, levando muitos ao desespero. O corte fere direito adquirido pelos trabalhadores, desde janeiro de 1997, autorizado pela direção da empresa.

Todos os companheiros prejudicados estão sendo orientados pelo DEAPES (Departamento de Aposentados) a entrarem na Justiça contra a medida arbitrária e ilegal da direção da empresa.

O Sindicato dá o suporte jurídico para as ações dos trabalhadores. **PÁGINA 2**

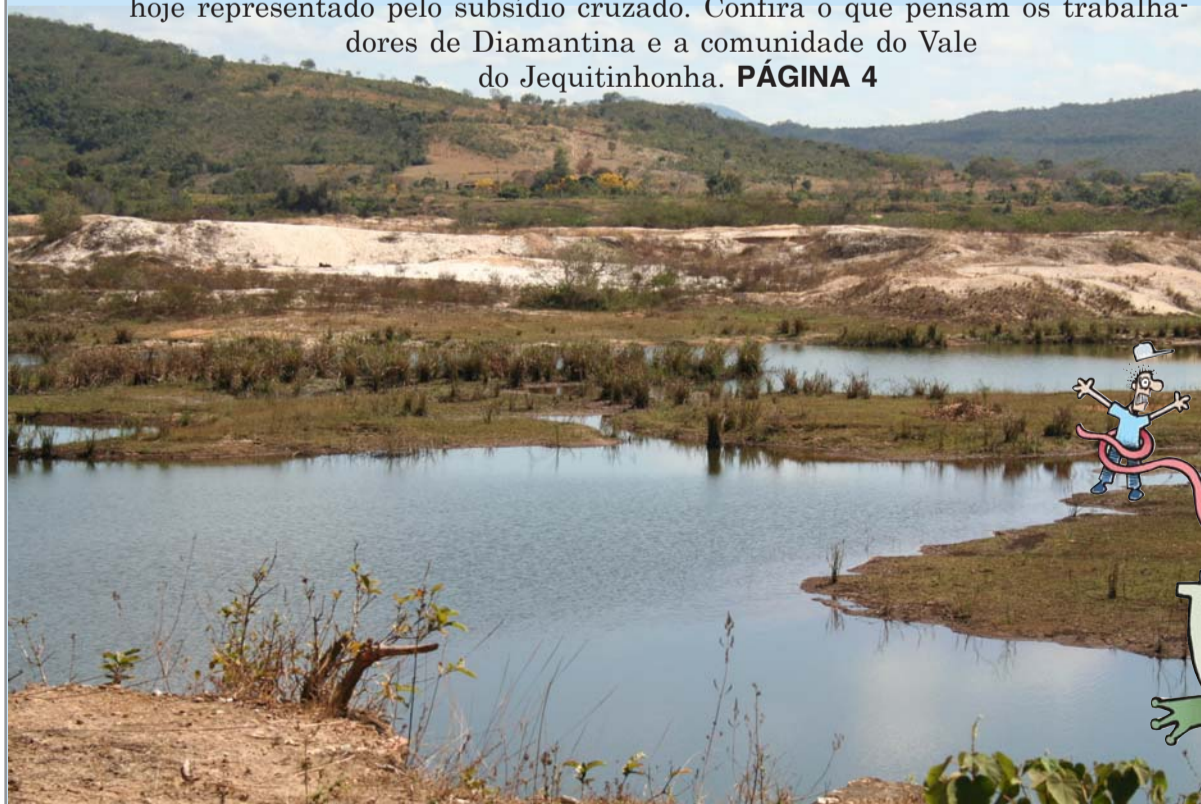


### Policard com os dias contados

O que a gente temia aconteceu. A empresa prestadora de serviços para administrar os créditos de cestas básicas e tíquetes alimentação "não deu conta do recado". O péssimo atendimento vem piorando dia-a-dia, com o descumprimento de vários pontos de venda. O contrato com empresa tem vigência até janeiro de 2007. Esperamos que a nova licitação seja mais criteriosa e credencie um prestador de serviços que honre o compromisso, de forma a viabilizar um benefício essencial para todos nós. Alertamos aos trabalhadores para não deixarem acumular crédito nos cartões, evitando eventuais problemas futuros. **PÁGINA 2**

## ESQUECIDOS NA POBREZA FICAM COM A COPASINHA

Ao contrário do que a empresa divulga, o projeto da "Copasinha" deixa muita dúvida se não se transformaria no "eldorado dos abandonados" pelo Estado. Tudo indica que funcionará como uma ratoeira: oferece um pedaço de queijo e leva a vítima à morte. A universalização do saneamento fica seriamente ameaçada, pois a pobreza deixará de ser socorrida pela solidariedade e redistribuição de investimento, hoje representado pelo subsídio cruzado. Confira o que pensam os trabalhadores de Diamantina e a comunidade do Vale do Jequitinhonha. **PÁGINA 4**



### Ameaças ao COPASS

Uma das maiores conquistas dos trabalhadores passa por severa ameaça pela direção da empresa. O COPASS tem o seu Comitê de Gestão desrespeitado, sendo forçado a credenciar novo prestador de serviços, antes do início de operação do COPASS SAÚDE.

Depois de 15 anos gerenciado em regime de auto-gestão, a parceria solidária entre os trabalhadores e a empresa sofre um dano pelo excesso de poder. O COPASS é uma conquista da categoria, que nos livra de comerciantes da saúde e que deve ser protegido com rigor. **Página 3**



## OPINIÃO

# O futuro em suas mãos



Mudar o Brasil e construir um futuro melhor está nas mãos de cada um de nós, cidadãos brasileiros. É através do voto que podemos promover as mudanças necessárias para a criação de um outro país, mais justo e igualitário, sem corrupção e desmandos de investidores estrangeiros. Mas a verdadeira democracia só será conquistada quando votarmos conscientes do valor do nosso voto. Quando deixarmos de votar influenciados apenas pelas pesquisas de opinião, enquanto o resultado das elei-

ções só é definido após a contagem dos votos da última urna. Quando a escolha do candidato seja feita com base no seu programa de governo, que deve ter soluções reais para os nossos problemas e não promessas falsas e demagógicas. E mais, quando os eleitores forem responsáveis pelo seu voto, acompanhando o trabalho dos parlamentares eleitos. Desta forma, alcançaremos a democracia plena no nosso País.

Enquanto dirigente sindical, eu busco lutar pela melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida da minha categoria. Mas, em alguns momentos, só a luta sindical não é suficiente para defender os direitos dos trabalhadores, pois não temos como controlar a aprovação de leis que podem nos prejudicar. Um exemplo disso é o Projeto de Lei 3.374 que pretende dividir a Copasa e será votado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais assim que terminar

o processo eleitoral.

Por isso, nós trabalhadores temos que garantir a eleição dos nossos verdadeiros representantes para a presidência do país, governo do estado, câmara federal, senado e assembleia legislativa. É preciso eleger pessoas que sejam, verdadeiramente, comprometidas com as causas da classe trabalhadora e que irão defender os nossos interesses durante todo o seu mandato. Nós votamos uma só vez a cada dois anos, eles irão votar diversos projetos que podem nos beneficiar ou prejudicar profundamente.

Então, companheiros e companheiras, não abram mão do seu poder soberano de decidir o futuro do seu país e também do seu estado. Precisamos fazer o nosso voto valer a pena escolhendo candidatos que estejam ao lado dos trabalhadores e que irão lutar para que a Copasa não seja dividida, independente do seu partido ou de suas alianças

políticas. Vamos mostrar que aqui existe um eleitorado que exige respeito aos seus valores, que exige respeito às suas bandeiras históricas e que irá acompanhar para que o seu candidato cumpra o que prometeu.

Pense bem antes de escolher seus candidatos. Se você já escolheu, verifique se ele fez ou poderá fazer alguma coisa em defesa dos direitos dos trabalhadores em saneamento e se não está envolvido com corrupção ou falcaturas. Com o nosso voto, passo a passo, iremos reafirmar a nossa confiança na democracia e a esperança de que o quadro político nacional seja composto por pessoas honestas, eficientes e que trabalham em prol do coletivo e não em proveito próprio, deixando de fora o político que "rouba mas faz". É preciso mudar e a mudança começa com o seu voto.

José Maria dos Santos  
Presidente do SINDÁGUA-MG

## Ganhos reais em datas-base

Nos últimos três anos, os resultados favoráveis apresentados pela economia brasileira, que tem mantido os índices de inflação baixos e em declínio, somados aos esforços dos sindicatos para buscar ganhos salariais, tem colaborado para o fechamento de acordos coletivos vantajosos para os trabalhadores.

Na pesquisa divulgada pelo DIEESE, no dia 17 de agosto, sobre as negociações de reajuste salarial registra-

das no primeiro semestre deste ano, 95,6% dos acordos tiveram reajustes iguais ou superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e 81,9% conquistaram aumentos reais de salário.

Esses foram os melhores resultados apurados para o primeiro semestre desde que o DIEESE começou a realizar este levantamento, em 1996. Esses percentuais, em um contexto de baixa inflação, representam ganhos significativos no poder aquisitivo dos trabalhadores e recomposição da massa salarial.

### Reajuste acima da média

O resultado das negociações co-

letivas realizadas entre o SINDÁGUA-MG e a Copasa só será computado pelo DIEESE nos acordos fechados no segundo semestre, mas a negociação da categoria ficou acima da média de outros sindicatos que negociaram no primeiro semestre deste ano.

Somando o aumento de 2% com o resultado da última GDI, a remuneração salarial da categoria ficou acima do INPC. De acordo com a pesquisa do DIEESE, mais de 70% dos tra-

balhadores que tiveram reajuste acima do INPC receberam entre 0,01% e 2% de ganho real. Mesmo as localidades com os resultados menores da GDI deste ano superaram a inflação acumulada e obtiveram ganho real acima de 2%. Um exemplo é o distrito do Alto do Rio das Velhas (DTAV), que teve o menor resultado e obteve 11,06% de GDI, o que significa 3,61% acima da inflação acumulada nos últimos três anos. Já o Distrito do Alto Pará (DTAP) que teve o melhor resultado do último trimestre apurado, chegou a 17,34% de GDI e obteve ganho real de 9,47%.



## Adeus à responsabilidade social

A direção da Copasa vem provocando grande confusão e revolta com sua iniciativa unilateral de dificultar a assistência médica de trabalhadores afastados por doença e aposentados por invalidez.

Nas diversas vezes que o SINDÁGUA procurou o presidente da empresa, para demovê-lo deste grande prejuízo aos aposentados e afastados por doença, não conseguimos evoluir de forma a evitar o corte em direitos adquiridos que vêm sendo praticados desde janeiro de 1997. Na última reunião, o posicionamento do presidente foi o de cortar o subsídios na assistência à saúde de baixo risco para todos esses companheiros, situação que levou o DEAPES (Departamento de Aposentados) a dar orientação para o imediato ingresso na Justiça, para manter os direitos.

Consideramos absurda a medida adotada pela presidência da empresa, que destrói a imagem de responsabilidade social construída pela Copasa ao longo dos anos. Desta maneira, mudaram a admi-

nistração para severas restrições, desde que foram colocadas ações na Bovespa e que o lucro passou a ser uma meta prioritária. Infelizmente, este lucro vem sendo buscado não com a ampliação da base servida pela empresa em seus serviços ou qualquer ampliação de negócios. O lucro vem sendo buscado com a precarização das condições de trabalho, em cortes sistemáticos de benefícios, não apenas para trabalhadores, mas também em cima das camadas mais pobres da sociedade dos municípios que "não dão lucro". Para estes últimos, a ameaça é a criação das "copasinhas", ou como dizem os trabalhadores a "Copasa para os pobres".

Esse tipo de política torna a realidade social do Estado cada vez mais sombria e preocupante. A Copasa, que sempre primou pela expansão dos seus serviços, sempre buscando novas concessões, passou a manter um relacionamento muito mais difícil com prefeitos de municípios deficitários e que deixaram de ser interessantes dentro do novo espírito de empresa lucrativa.



## DTBJ - DIAMANTINA

**"Copasinha" atemoriza trabalhadores**

Na visita ao distrito de Diamantina, do dia 23 de agosto, os diretores do SINDÁGUA-MG, Gercianisio e José Geraldo, foram recebidos pelos trabalhadores da Copasa com uma enxurrada de perguntas sobre a criação das subsidiárias. Os principais questionamentos são: Vamos permanecer funcionários da Copasa? Vamos ser demitidos e depois admitidos pela subsidiária? Continuaremos lotados em Diamantina?

Essas foram algumas das perguntas que ficaram sem resposta depois da visita do coordenador estratégico da Copasa, Elias Haddad, e do diretor do projeto "Vida no Vale" da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), Luiz Augusto Kauark Leite, para explicar o projeto. Os trabalhadores disseram que Elias não falou em subsidiária, disse que a Copasa iria implantar



**SINDÁGUA se reúne com trabalhadores do DTBJ**

e ser a gestora do projeto e a comunidade iria operar o sistema. A empresa iria gerenciar, inclusive, as 10 localidades da região que fazem parte do PROÁGUA - programa do Governo Federal, que tem investimentos do Banco Mundial e o objetivo de garantir a ampliação da oferta de água potável para os Estados inseridos na região do semi-árido brasileiro.

Para os trabalhadores, que moram no Vale do Jequitinhonha e conhecem a realidade da re-

gião, existem várias coisas que não foram consideradas por Kauark, autor do projeto. Entre elas, a condição das comunidades que não podem pagar nem 50 centavos pela água para dar sustentabilidade ao projeto e também os custos do tratamento, como os materiais de laboratório necessários para fazer as análises da qualidade da água, que devem ser realizadas por dia, por semana e por mês para atender as normas do Ministério da Saúde.

**Legislativo não acredita no projeto**

O presidente da Câmara Municipal de Diamantina, Marcos Roberto Tibães, afirmou aos diretores do SINDÁGUA que o projeto "Vida no Vale" é muito bonito no papel, mas não funcionará por que seus idealizadores não levaram em consideração a realidade do Vale do Jequitinhonha e os custos para manter o projeto. "O Luiz (Kauark) conhece muito bem é a França, não dá vir aqui uma vez e dizer que conhece a realidade do Vale. Este projeto é todo deficitário e não vai dar lucro nunca, é preciso ter subsídio para bancar os custos. Por isso, a Copasa não vai querer ficar com ele e vai passar para a subsidiária", acredita Marcos Roberto Tibães.

Para o presidente da Câmara, o Kauark defende o projeto como técnico e não está vendo as questões políticas que estão por trás dele. "Eles podem criar lá na Assembléia Legislativa o que for, mas na hora da concessão é que a briga começa aqui na Câmara Municipal", explicou Tibães.

O vereador disse ainda que, ao contrário do que vem sendo divulgado pelos defensores do projeto "Vida no Vale", ele foi pouco trabalhado em Diamantina e existem poucas pessoas que têm conhecimento dele. Já o Projeto de Lei 3.374/2006 que tramita na ALMG nem foi citado durante a visita de Luiz Kauark e ainda menos pessoas tiveram acesso ao seu conteúdo. Por isso, o Presidente da Câmara atendeu ao pedido do SINDÁGUA-MG e realizará um debate na Câmara Municipal de Diamantina depois das eleições para discutir os dois projetos, "Vida no Vale" e PL 3.374.

**Realidade de terceiro mundo**

Maria Nunes é um povoado situado a cerca de 50 quilômetros de Diamantina, boa parte desse percurso é feita em estrada de terra, às margens do Rio Jequitinhonha. O povoado tem aproximadamente 1200 habitantes, entre crianças, jovens e adultos, divididos em 200 famílias, que sobrevivem apenas com os recursos da Bolsa Família, repassados pelo Governo Federal. A comunidade não tem nenhum médico e uma enfermeira dá plantão uma vez por semana. Tuberculose e diarreia são doenças corriqueiras e já consideradas comuns entre as famílias. São apenas quatro meses de água constante na região, que não pode utilizar as águas do Rio Jequitinhonha devido ao alto índice de poluição. Esta é a realidade de Maria Nunes, uma das localidades escolhidas para a implantação do projeto-pi-

loto do "Vida no Vale".

As obras estão em andamento. Foram perfurados poços cartesianos, a bomba já está instalada e estão colocando os encanamentos. O prefeito de Diamantina, Gustavo Botelho Júnior, aprovou e além de Maria Nunes outros povoados poderão fazer parte do projeto futuramente. Sônia Auxiliadora Ferreira, presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Maria Nunes e professora, está feliz e disse que a Copasa ainda vai colocar os banheiros e as fossas e também irá fazer o tratamento da água. A comunidade gostou. Além da água, cinco rapazes foram contratados como operários e vão trabalhar nas obras durante três meses, ganhando salário mínimo. As terceirizadas, Sonel e Parcán, que fizeram um consórcio para operar as obras, também estão satisfeitas.

Apesar da atual satisfação dos envolvidos, o futuro do projeto "Vida no Vale" é incerto. A presidente da associação tem certeza que as famílias não têm condição nenhuma de pagar a água e acredita que ela não será cobrada no povoado. O prefeito não tem conhecimento do Projeto de Lei 3.374 e acredita que ele não irá alterar as relações entre Diamantina e a Copasa. O idealizador do projeto, Luiz Augusto Kauark Leite, disse na Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, realizada dia 9 de agosto, que é extremamente difícil criar uma subsidiária nos moldes que está sendo proposto pelo projeto que tramita na Assembléia Legislativa, que irá abranger todo o conjunto dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e ainda o Norte de Minas e as cidades com IDH abaixo da mé-



**Desconhecimento marca o projeto da "Copasinha"**

dia do Estado, pois "há uma teia de cidades, assim haverá perda em economia de escala" disse Kauark. Na opinião dele, não existe compatibilidade do modelo com a subsidiária fazendo a gestão unicamente das cidades que têm déficit, pode até existir, "mas com um custo operacional muito mais alto do que se estivesse na mão da Copasa" afirma Luiz Kauark.

O problema de abastecimento de água de Maria Nunes precisa ser solucionado, assim como as contradições existentes entre o projeto "Vida no Vale" e a proposta de criação de uma subsidiária da Cop-

sa para atuar nos serviços de saneamento das regiões carentes. A cada debate com o Sindicato, fica mais clara a enorme confusão quando se fala sobre os dois projetos: que o PL 3.374 não irá garantir a implantação satisfatória do que está sendo proposto pelo "Vida no Vale" e que a universalização do saneamento em Minas não passa pela subsidiária. É necessária a discussão ampla com associações, trabalhadores, prefeitos e vereadores, para sanar dúvidas e implementar um projeto que efetivamente garanta o abastecimento de água para todas as comunidades.

## AFASTADOS POR DOENÇA E APOSENTADOS

**COPASA DIFICULTA ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

Os trabalhadores afastados por doenças e aposentados estão sendo levados ao desespero por medidas adotadas pela Copasa. A presidência da empresa determinou o cancelamento das carteirinhas de todos os beneficiários que tivessem débitos registrados com procedimentos médicos anteriores e, ainda, que a Copasa não arcaria mais com as despesas, devendo os beneficiários pagarem diretamente aos prestadores de serviços da rede conveniada.

A medida provocou pronta reação dos trabalhadores atingidos, que manifestaram ao Sindicato sua revolta e os severos riscos que passariam a viver algumas pessoas extremamente dependentes de medicamentos e até em estágio terminal. A medida atinge a todos, indistintamente, e nos leva à iniciativa da via judicial para garantir direitos conquistados e que vêm sendo praticados desde janeiro de 1997 em benefício dos aposentados.

**Presidência disse que interviria**

Em reunião realizada com o SINDÁGUA no dia 31 de agosto, o presidente da empresa afirmou que os aposentados que estivessem com os pagamentos em dia, poderiam continuar a usufruir das condições até então existentes.

A confusão foi geral, com a recusa da entrega das carteiras, gerando pronta mobilização de aposentados e afastados por doenças, pois muitos receberam a informação de débitos existentes. Um dos companheiros aposentados informou na DVBN que nada devia e solicitou ver seu saldo consignável. A simples verificação no relatório de saldo consignável, constatou que o aposentado falava a verdade. O que foi declarado como débito literalmente sumiu no relatório de saldo consignável. As quitações efetuadas por trabalhadores ao se aposentarem não aparecem no documento apresentado pela Copasa, que utilizou equivocadamente um re-



**Afastados por doença e aposentados vitimados procuram amparo no Sindicato**

latório de histórico de utilização de benefícios, com todos os valores e o total de vários anos. Enquanto deveriam ter utilizado o relatório com a baixa dos débitos. Não o fizeram e lançaram sobre vários companheiros uma dívida não existente.

As dificuldades para entender as medidas exigiram do Sindicato diversas reuniões com aposentados e dentro da própria empresa, encaminhando à presidência a solicitação de reparação do erro e a manutenção dos direitos de todos os

companheiros. Alertamos sobre o alto grau de responsabilidade destas medidas, devendo entender às várias modalidades de aposentadorias atingidas: aposentados por tempo de contribuição (esta despesa é rateada para todos os aposentados incluídos no plano, não gerando qualquer despesa para a empresa); aposentados por invalidez; previdência acidentária; e doença ocupacional, sendo que nesses três últimos tipos de afastamentos, a utilização da assistência médi-

ca foi autorizada pela Diretoria da Copasa, em janeiro de 1997.

Ressaltamos ainda que, para cada uma dessas situações a Copasa vem historicamente administrando com um tratamento diferenciado. E as medidas adotadas demonstram que a empresa não estudou com profundidade o assunto, pois agiu sobre todos com um procedimento único e passível mesmo de reclamação judicial, diante da insistência da direção da empresa em cortar o benefício.

**"Tentativa de punição é injusta e ilegal"**

O coordenador geral do Departamento dos Aposentados (DEAPES), Waltencyr Teófilo, considera as medidas tomadas contra os aposentados como "apressadas, desumanas e ilegais". Waltencyr esteve com José Maria, presidente do Sindicato, em reunião com o presidente da Copasa e fez uma defesa emocionada dos direitos dos trabalha-



dores que estão afastados do trabalho por invalidez e dos companheiros aposentados por tempo de serviço, que contribuem com rateio para ter o direito à assistência à saúde. "Temos este direito constituído desde janeiro de 1997, em decisão tomada pela própria empresa, e não poderíamos aceitar a interrupção deste direito adquirido através de uma decisão unilateral, sem levantar os

10% do valor global das aposentadorias, considerando o acumulado pelo INSS e Previdências. "Chegamos até mesmo a discutir essa possibilidade, mas o presidente da empresa quer cortar totalmente os subsídios para exames hoje realizados pelos trabalhadores. Isto consiste em grave prejuízo e coloca a vida de muitos companheiros seriamente ameaçada, justamente na hora em

que mais precisam, quando estão velhos e doentes", diz o diretor.

Waltencyr lembra que muitos dos trabalhadores afastados foram vítimas de doenças adquiridas no próprio trabalho e que estão sendo tratados como peças descartadas, mesmo sem considerar que estes trabalhadores ainda não são aposentados definitivos e que estão afastados única e exclusivamente em função das enfermidades adquiridas na empresa. Em medida unilateral, a direção da Copasa decidiu cortar as guias sem e com ônus. Waltencyr fez um apelo para os diretores da Copasa, que também pertencem ao quadro de funcionários, para que interfiram, de modo a socorrer o direitos dos companheiros.

que mais precisam, quando estão velhos e doentes", diz o diretor.

Waltencyr lembra que muitos dos trabalhadores afastados foram vítimas de doenças adquiridas no próprio trabalho e que estão sendo tratados como peças descartadas, mesmo sem considerar que estes trabalhadores ainda não são aposentados definitivos e que estão afastados única e exclusivamente em função das enfermidades adquiridas na empresa. Em medida unilateral, a direção da Copasa decidiu cortar as guias sem e com ônus. Waltencyr fez um apelo para os diretores da Copasa, que também pertencem ao quadro de funcionários, para que interfiram, de modo a socorrer o direitos dos companheiros.

O Departamento dos Aposentados está orientando os aposentados a ingressarem na Justiça contra a medida da empresa e vem recebendo a documentação para encaminhar ao Departamento Jurídico que entrará com as ações. O boletim do DEAPES está sendo expedido para todos os aposentados, orientando-os para os procedimentos necessários.

## PROGRAMA SUPLEMENTAR DE SAÚDE

**EMPRESA AMEAÇA AUTO-GESTÃO**

**Q**uando o Conselho de Administração da Copasa determina políticas a serem adotadas pela empresa resta à sua direção cumprir tais determinações. A mesma regra norteia a administração do Copass – Programa Suplementar de Saúde. O que o Comitê de Gestão discute e delibera deve ser rigorosamente cumprido pelos gestores do Programa de Saúde. Na Copasa, qualquer grande alteração deve ser viabilizada no Conselho de Administração e também no Copass, mudanças de porte ou polêmicas são da competência do Conselho de Gestão.

Infelizmente, a direção da Copasa decidiu não respeitar estas regras definidas estatutariamente. Uma ingerência administrativa no Copass desrespeita os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Gestão e muda uma decisão amparada em estudos que visavam proteger o patrimônio construído pela empresa e pelos trabalhadores há mais de 15 anos, quando tomamos a iniciativa de criar nosso Programa de Saúde.

Acompanhamos há alguns meses o processo de união entre os planos de saúde de baixo risco, que sai da DVBN, e de alto risco, administrado pelo COPASS. Neste momento de transição e que culminou com a criação de uma nova empresa para gerenciar o COPASS, foi modelado um novo processo de gestão, definindo-se um padrão de tabela de preços para procedimentos médicos, tudo previsto pelo novo Regulamento do Copass, aprovado pelos participantes do Programa de Saúde em outubro de 2005 e assinado pela própria direção da Copasa. Para viabilizar esta transição e ajustar os novos contratos com a rede a ser credenciada, o Comitê de Gestão definiu que novos contratos só seriam assi-

nados após o dia 2 de outubro, data em que a nova empresa entra em operação. Esta decisão do Comitê de Gestão vinha sendo fielmente cumprida, até que houve uma solicitação da direção da empresa para que fosse credenciado um novo prestador de serviços hospitalares. Esperava-se, no entanto, o prazo de 2 de outubro, para que o hospital fosse credenciado dentro do novo modelo de gestão. Uma vigorosa pressão, no entanto, exigiu, inexplicavelmente, a assinatura de contrato imediatamente, suplantando a decisão do Comitê de Gestão do Copass.

Uma reunião do Comitê de Gestão foi impedida de acontecer no dia 24 de agosto, desmobilizando os conselheiros, que já se encontravam sentados para o evento convocado. A informação passada ao sindicato pelos nossos representantes dentro do Conselho de Gestão foi de que a reunião fora cancelada para que se buscasse a assinatura urgente do referido contrato com o novo prestador de serviços. Com a reunião do Comitê de Gestão desmarcada, todos os seus membros, não apenas os eleitos pelos trabalhadores, mas até mesmo os indicados pela direção da empresa, ficaram estupefatos, mercê de uma ação autoritária e irregular. O gerente do Copass foi repentinamente substituído por outro, sem que esta decisão tivesse sido deliberada pelo Conselho de Gestão e levada para homologação da empresa, como prevê o Regulamento do Copass. Somente a posteriori o Conselho foi chamado para "endossar" a medida sacramentada pela direção da empresa. O contrato com o novo prestador de serviços acabou acontecendo na sede da própria Copasa, como foi divulgado no último boletim Gota D'água, edição 388.

**Ingerência da empresa e desrespeito ao Regulamento do Copass preocupam**

**T**odo este processo traz sérias preocupações aos participantes do Programa de Saúde. Recentemente, os trabalhadores aprovaram aumento de contribuição e não conseguimos que a empresa aumentasse sua participação financeira no Copass para 3,5%, ficando em 2,75%. Tivemos um aumento significativo, principalmente do grupo de pais dependentes especiais, quase sendo obrigados a saírem do plano, pois muitos dependem de rateio familiar para fazer frente aos constantes reajustes nas mensalidades desse grupo.

Nos preocupamos com a interferência da direção da Copasa, que desrespeita a instância de decisões do Comitê de Gestão do Programa de Saúde, que mancha o princípio de auto-gestão e todas as regulamentações da Agência Nacional de Saúde. Os representantes dos trabalhadores eleitos no Comitê de Gestão e no Conselho Fiscal do Copass têm, através dos resultados alcançados pelo nosso Programa de Saúde, a certeza

de que a parceria com a empresa colheu um dos frutos mais preciosos para garantir um plano que prima pelo caráter social, com atendimento familiar, livrando da ganância de lucros dos planos de saúde privados. Não podemos aceitar esta ingerência nociva e que impõe, com extrema autoridade e arrogância, o contrato com um prestador de serviços de saúde.

O Sindicato procurará todas as instâncias necessárias para exigir que o Regulamento do COPASS seja cumprido, denunciando à ANS, ao governo do Estado e a todos os poderes constituídos para a regulamentação e fiscalização dos serviços de saúde. Não devemos ficar apenas lamentando e fazer este registro de indignação, mas orientar todos os participantes do Copass a se comportarem como fiscais para a correção administrativa do nosso Programa de Saúde. Devemos evitar o atendimento em instituições que vêem a saúde como um instrumento de obtenção de lucros, pon-do em risco a saúde financeira e administrativa do Copass.

**Baixo risco e alto risco****"Fusão" não previa prejuízos**

Os trabalhadores há muitos anos vêm reivindicando a fusão do atendimento médico de baixo risco e alto risco. Esta reivindicação surgiu por um motivo muito simples: concentrar no COPASS os atendimentos não apenas para procedimentos cirúrgicos, que necessitam de internação e porte anestésico diferente de "zero", mas garantir que o Programa de Saúde desse também a cobertura para consultas e exames ambulatoriais.

Essa iniciativa contemplava interesse do próprio COPASS, que se preocupava em não apenas administrar os altos custos das internações e cirurgias, mas, principalmente, de fazer o trabalho de prevenção, evitando que pequenas enfermidades e a falta de controle da saúde evoluíssem para doenças graves, que exigissem intervenções de choque através de cirurgias.

Para conseguirmos a integração dos dois planos tínhamos duas preocupações básicas:

1- cobrir consultas e exames pelo COPASS significavam maiores gastos, exigindo novo cálculo atuarial, que forçaria maior contribuição da

Copasa e dos trabalhadores para o Programa Suplementar de Saúde;

2- deveríamos garantir os benefícios conquistados pelos trabalhadores através de acordos e deliberações da Copasa, que pratica subsídios escalonados para exames, com descontos importantes, sobretudo para os de alta complexidade.

Todas estas iniciativas objetivaram ao longo do tempo o importante investimento na saúde dos trabalhadores e dos dependentes familiares.

A recente integração do programa de alto risco (do COPASS) e do baixo risco (da DVBN) surgiu com a promessa de resolução das dúvidas acima. Os dois planos integrados garantiriam a transformação do COPASS em um "Programa de Saúde Completo", como foi divulgado. Infelizmente, estas medidas adotadas pela empresa de penalizar os aposentados dão mostra de que as coisas não caminham da forma prometida e comprometem o principal objetivo da medicina preventiva. Afinal de contas, aposentados por invalidez, que dependem de controle médico contínuo podem cair no COPASS em situação mais grave, exacerbando custos que poderiam ser evitados.

# PAÍS SE MOBILIZA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI NO CONGRESSO



Renato Rodrigues e Rogério Matos em reunião da FNU-CUT, durante as discussões do Projeto de Lei para o setor de saneamento

Os trabalhadores e a sociedade em geral terão pela frente a discussão no Congresso Nacional do imprescindível e urgente projeto para a regulamentação do setor de saneamento. O Projeto de Lei, que recebeu o nº 7.361/06, propõe medidas para o setor vem sendo debatido pela Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, com participação ativa da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT) e seus sindicatos.

No último dia 23 de agosto, os diretores do SINDÁGUA, Renato Rodrigues e Rogério Matos, participaram de reunião da FNU-CUT realizada em São Paulo. Nesse momento, os trabalhadores discutiram as propostas do PL 7.361/06 e encaminharam posicionamentos para acompanhar e influenciar nos trabalhos que serão realizados no Congresso Nacional, acreditando que o projeto deverá ser votado e aprovado ainda este ano, logo após as eleições.

A FNU-CUT defendeu a aprovação do PL, apesar de considerar a permanência de algumas lacunas, entendendo que ele supre a ausência de legislação para o setor, que perdura há décadas. Mesmo com sua aprovação, no entanto, alguns desafios ainda ficam postos, os quais listamos ao lado.

Esse projeto foi construído a partir de uma comissão mista entre senadores e deputados federais que tiveram a função de consensuar as propostas contidas no PL 5.296/05, do Executivo Federal, e o PL 155/05 de iniciativa do senador Gerson Camata. O referido PL foi votado e aprovado por unanimidade na comissão mista dia 11 de julho e aprovado também, por unanimidade, no plenário do Senado, dia 12 de julho passado. Agora o projeto aguarda votação na Câmara dos Deputados, o que deve ocorrer assim que houver a liberação da pauta no congresso.

## Posição dos Trabalhadores

Vários pontos do projeto foram debatidos pelos trabalhadores. Em relação aos consórcios públicos os trabalhadores entendem que ele pode ser utilizado de maneira a fortalecer a prestação pública de saneamento, como pode também ser utilizado para a privatização na medida em que um grupo de cidades pode se reunir e entregar os serviços para o setor privado ou abrir mão da prestação dos serviços pela empresa estadual. Isso significa que nossa luta contra qualquer forma de privatização ou enfraquecimento das companhias estaduais deva ser intensificada em todos os estados, sobretudo nesse período em que os contratos de concessão já começaram a vencer. As representações sindicais deliberaram posição de defender que em qualquer arranjo os serviços de saneamento sejam prestados por órgãos públicos, sobretudo as companhias estaduais de saneamento; que as estatais continuem prestando os serviços com bases em novos contratos com os mu-

nicipios que garantam o controle social e a participação da sociedade; e que os consórcios públicos constituídos tenham, prioritariamente, a função de regulação, fiscalização e controle da prestação de serviços, independente do arranjo estabelecido.

Sobre a Parceria Público-Privada (PPP), os trabalhadores entendem que este instrumento é a mais nova forma de privatização encontrada pelos governos. Em nenhum caso de PPP, até agora, ficou comprovado que a população será beneficiada, que os custos dos serviços serão menores e que as formas de remuneração dos investimentos são adequadas. Os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia enfrentam mais intensamente a proposta de implantação da PPP. Em São Paulo, trata-se da ampliação de ETA Taiacupeba, região leste da Região Metropolitana de São Paulo onde se pretende ampliar de 10m<sup>3</sup> para 15m<sup>3</sup> a capacidade da estação. Um empreendimento da ordem de 270 milhões de reais. Em Minas a Copasa assina convênio com a alemã Berlinwasser -BWI- empresa pública alemã com atuação no setor de águas e esgotos especializada em contratos de gerenciamento e investimentos em concessões e PPPs. O convênio entre a estatal mineira e BWI prevê entre outras ações, a cooperação nos projetos em Minas Gerais para a transferência de tecnologia e desenvolvimento conjunto de projetos de PPPs. Na Bahia a PPP trata da construção do segundo emissário na cidade de Salvador, empreendimento da ordem de 160 milhões de reais.

Os trabalhadores deliberaram que devem repudiar de forma veemente a utilização da PPP em obras e ações de interesse público, sobretudo no saneamento, por entender que isso não passa de uma modalidade de privatização onde o setor privado em pouco tempo recupera o capital investido e o resto do tempo se locupleta através das tarifas e taxas pagas pela população. Defendemos a ampliação dos investimentos públicos, a recuperação das companhias estaduais de saneamento, a flexibilização dos mecanismos de acesso a recursos e maior agilidade na liberação dos recursos contratados pelos operadores públicos de saneamento.

Sobre a criação de subsidiárias das companhias estaduais de saneamento, entendemos que não se resolverá o problema da não universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. Essa forma encontrada pelas companhias para a criação de empresas e trabalhadores de primeira e segunda categoria, precarizar as relações de trabalho, promover a demissão e criar formas de atrair o capital privado onde os serviços forem mais rentáveis. É preciso que os governos entendam o saneamento como estratégico para garantir melhor qualidade de vida para a população e instrumento de desenvolvimento econômico e social e não instrumento de especulação do capital privado.

## Próximos desafios

- ♦ Defesa intransigente da gestão e da prestação pública dos serviços de saneamento com qualidade e controle social;
- ♦ Garantir a criação de um Sistema Nacional de Saneamento;
- ♦ Que os mecanismos de controle social tenham um caráter deliberativo;
- ♦ Garantir a pactuação de direitos com os usuários dos serviços de saneamento, com base no código de defesa do consumidor;
- ♦ Integração das políticas públicas, sobretudo as políticas de saneamento e recursos hídricos, com vistas a recuperar, proteger e conter a ocupação desordenada das áreas de mananciais das regiões metropolitanas;
- ♦ Que os recursos destinados para o saneamento não sejam computados como despesas e sim como investimentos para não serem contabilizados para o cálculo de formação do superávit primário;
- ♦ Que não haja contingenciamento de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) destinados à contratação de obras de saneamento;
- ♦ Que seja criado um programa, pelo Governo Federal, de recuperação, revitalização e apoio aos operadores públicos de saneamento com vistas a melhorar a sua eficiência e eficácia; inclusive com aporte de recursos do OGU;
- ♦ Ampliação pelo governo da disponibilização de recursos, sobretudo os de fonte onerosa (FGTS/FAT), de forma a cumprir as metas de universalização dos serviços, nos próximos 20 anos, conforme estudo do próprio Governo;
- ♦ Criação de um grupo interministerial que em curto prazo apresente propostas que flexibilize os mecanismos de acesso a recursos para obras em saneamento para operadores públicos;
- ♦ Definição pelo governo de novos limites para que o setor público possa contratar novas operações de crédito a partir da repactuação das dívidas dos estados e municípios;
- ♦ Ampliação do limite de empréstimo da Caixa Econômica Federal para o setor de saneamento, que hoje é de 45% do seu Patrimônio Líquido de Referência (PLR);

# ERP chega como um grande “sapo”

A implantação do ERP, segundo informações, tem para a Copasa um custo aproximado de R\$ 40 milhões. Deste total, o software (SAP) teve um custo aproximado de R\$ 32 milhões e mais R\$ 8 milhões seriam equivalentes ao treinamento. A licença do software a ser utilizado custa R\$ 3.000,00. Para manter o sistema, a empresa deverá pagar, por ano, à empresa fornecedora 17% do valor do software para 2.000 licenças. Só aí a Copasa terá uma despesa anual de R\$ 1 milhão e 20 mil, ou seja, cerca de 10% do lucro líquido distribuído aos trabalhadores como Participação nos Lucros.

Esses números, comentados como um escândalo dentro da empresa levam alguns gerentes a confienciarem seu profundo descontentamento com as políticas adotadas como rigorosamente desnecessárias e dispendiosas. O treinamento programado para dar conhecimento e operação do software foi realizado a “toque de caixa”, a parte de RH simplesmente não aconteceu, mas a data de implantação foi confirmada para o dia 2 de outubro como uma exigência inarredável, pouco se importando com o caos anunciado que se transformará a Copasa daqui a



poucos dias.

Não se entende também porque a empresa está sendo direcionada para a implantação deste sistema. A Copasa vem colhendo sistematicamente resultados muito positivos com os sistemas hoje existentes e com sua capacidade técnica e operacional, situação que não exigiria mudanças de impacto tão grande e dispendiosa, que tem relatos de sérios problemas em outras empresas onde foi instalado, a exemplo da Cemig. Para quê buscar no mundo uma tec-

nologia caríssima, se temos a tecnologia interna, desenvolvida por técnicos que conhecem não apenas a realidade da empresa, mas as precariedades de um Estado onde localidades miseráveis precisam do socorro de investimentos quase a fundo perdido? O SAP será um instrumento duro, frio e inflexível para obter lucros e deixará dentro da empresa profundas amarras burocráticas que podem impedir medidas urgentes. Tudo será feito pelo sistema, autenticações, autorizações, em um pro-

cesso que não enxerga pessoas e que põe em extinção o setor de RH da empresa. Os relacionamentos serão impessoais. Com o ERP as pessoas deixam de existir, serão penalizadas pelo sistema, será um golpe contra o relacionamento humano.

A forma como a equipe de técnicos vem trabalhando no Projeto Nascente, para implantação do ERP, mostra todos os equívocos de uma imposição da direção da empresa. Projeto feito em tempo definido como totalmente insuficiente para moldar as necessidades da empresa ao SAP. Os trabalhadores mobilizados para o ERP estão desenvolvendo sua atividade em regime quase de escravidão, superando mais de 12 horas diárias, sem receberem horas extras e tratados sobre forte pressão, antecipando o que poderá acontecer quando o “sapo” pular dentro da empresa.

Não se fala nada sobre os impactos operacionais dos sistemas, as informações estão fechadas a sete chaves, como algo que poderia mobilizar antecipadamente os trabalhadores contra algo que chegará em ambiente de total resistência de toda a empresa.

## Plena define ampliação do processo de mobilização

A diretoria plena do SINDÁGUA se reuniu nos últimos dias 14 e 15, no Sesc-Venda Nova, para organizar e planejar as ações já programadas pelo Sindicato nos próximos meses. Os destaques no trabalho do Sindicato serão as comissões de discussão do pagamento da Participação nos Lucros, GDI, Plano de Cargos e Salários e, ainda, a realização do IV Contsemg, a ser realizado em 2007. Além de ampliar as discussões de temas vitais, como a luta contra a criação das subsidiárias da Copasa, posicionamentos de propostas para a Previminas, Plano de Saúde, investimento na luta dos leituristas e maior penetração do Sindicato no interior.

Segundo o presidente do SINDÁGUA, José Maria Santos, a reunião com os 60 diretores da entidade, que representam companheiros de todo o Estado foi o início de um grande trabalho de reestruturação do Sindicato, já previsto há

alguns anos e se mostra cada dia mais emergencial, para acompanhar as evoluções não apenas do modelo de organização sindical do País, mas, principalmente, para fazer frente às grandes mudanças que vêm sendo implementadas na Copasa. “Vamos ampliar nossa mobilização, buscar novas lideranças em todas as bases e dar mais subsídios para a atuação dos dirigentes sindicais junto aos trabalhadores”, afirma José Maria. Segundo o presidente do Sindicato, o principal objetivo deste novo trabalho é o de politizar os dirigentes, para implementarmos um processo maciço de conscientização da categoria. Para isso, a reunião contou com a presença do presidente da Cut Minas, Lúcio Guterres, que falou sobre a experiência de outras categorias.

Para ocupar a sexta vaga na diretoria liberada, foi aprovado o nome do diretor Renato Rodrigues de Oliveira.

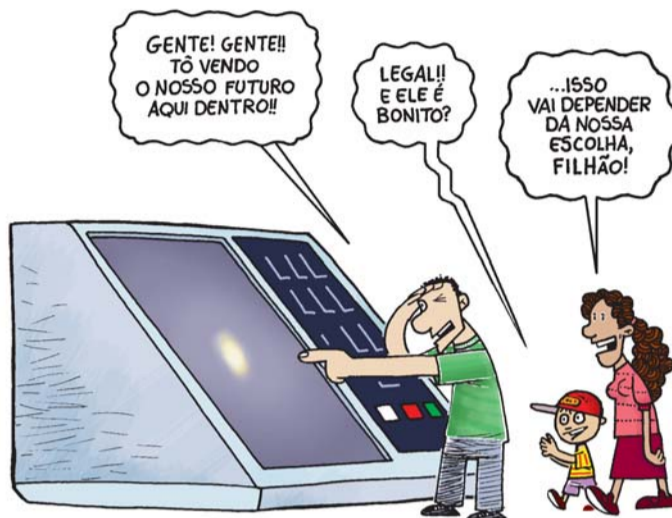


# A importância do voto

“Uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém” Rousseau

No dia 1º de outubro de 2006 acontece mais uma eleição direta para presidente da república, governador do estado, senador e deputados estaduais e federais. Esse é um dos mais importantes momentos da política brasileira e que deve ser valorizado por todos nós, brasileiros e brasileiras, pois o voto é a principal ferramenta para que os cidadãos possam exercer plenamente a cidadania e assegurar que seus direitos sejam garantidos e preservados.

Infelizmente, os escândalos de corrupção, cada vez mais frequentes, fazem com que os cidadãos não se sintam representados pelos parlamentares eleitos e fiquem desmotivados para participar do processo democrático da escolha dos seus governantes. Acontece que, os problemas políticos do Brasil, que temos acompanhado recentemente pela imprensa, não são novidades na política nacional e nem exclusividade do nosso País. De uma forma ou de outra eles sempre existiram e já estiveram ou continuam presentes também nos países que conseguiram fazer avançar o processo da democracia representativa. Porém, esses países conseguiram aprender com a situação e combater, muitos combatem até hoje, as mazelas do sistema representativo. Além



disso, o fato das denúncias contra determinados políticos estarem presentes no noticiário nacional é mais uma prova que a democracia está evoluindo no nosso país, pois demonstra que a imprensa trabalha livremente e não passa por censuras, como ocorre em governos ditatoriais. Mas é preciso analisar esta enxurrada de denúncias que temos recebido quase todos os dias, muitas sem comprovação dos fatos e até mesmo caluniosas, para não dizer mentirosas, pois os empresários da comunicação, uma pequena minoria que controla jornais, rádios e TVs, têm seus próprios interesses e muitos de-

les são contrários aos desejos da grande maioria da população.

Diante dos acontecimentos, é urgente e necessário aprimorar a democracia brasileira e escolher muito bem os nossos próximos representantes, que irão conduzir o futuro do nosso país nos próximos anos. Só através do VOTO CONSCIENTE poderá ser possível acabar com a incompetência política e administrativa que ameaça o desenvolvimento do Brasil e eleger pessoas que sejam, acima de tudo, cidadãos preocupados com o bem estar dos milhares de brasileiros que formam a nossa nação e não apenas com os interesses econômicos de uma minoria e dos capitalistas estrangeiros.

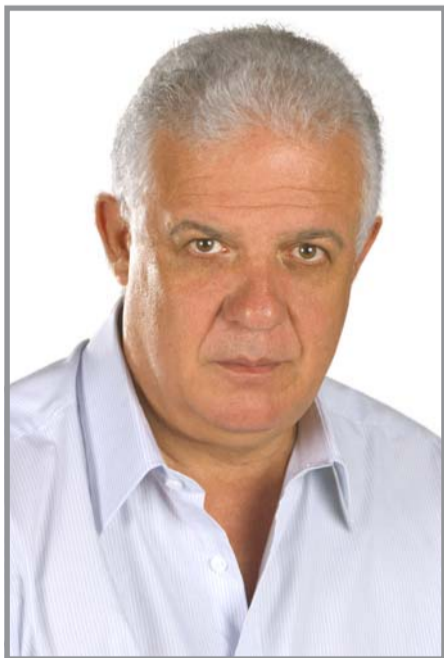
Antes de escolher os seus candidatos, risque da lista todos os políticos que estão ou estiveram envolvidos com mensalões, sanguessugas, ou outras falcatruas. Os brasileiros têm que mostrar, com o seu voto, que não têm memória curta e sabem virar as costas para os políticos que os esqueceram durante todo o mandato e só aparecem durante a campanha eleitoral. Pense bem, são apenas alguns minutos para votar e quatro anos, ou mais, para os políticos eleitos ficarem no poder. Vote com consciência!!!

## CANDIDATOS DA COPASA A DEPUTADO ESTADUAL

Para as próximas eleições, dois candidatos ligados à Copasa, um aposentado e outro da ativa, estão na disputa por uma vaga de deputado estadual por Minas Gerais. O SINDÁGUA-MG apresenta abaixo material produzidos pelos próprios candidatos.

**FÁBIO AVELAR**

**20.250**



Como todos sabem, a minha vida profissional é inteiramente ligada à COPASA. Participei da evolução da Empresa, da sua criação e do seu desenvolvimento, ocupando diversos cargos ao longo dos 25 anos em que trabalhei nessa organização que é motivo de orgulho para todos nós. Em função dela e incentivado pelos colegas de trabalho, tornei-me Deputado Estadual. No exercício do mandato, tenho estado atento aos interesses da COPASA e, nesse sentido, são de minha autoria algumas propostas que entendo serem da maior importância, como a que impede a privatização da Empresa e a que amplia os seus objetivos sociais. Neste momento da história da nossa COPASA, estão em pauta na Assembléia novas questões que interferem direta-

mente na vida da Empresa e dos Copasianos, como é o caso da criação das subsidiárias. Confirma-se, portanto, que o saneamento e a COPASA necessitam de um representante no legislativo. Por isso, sou candidato à reeleição, nº 20250. Conto com o apoio dos colegas”.

**ELDICE DOS SANTOS**

**28.500**



Eldice dos Santos, casado, pai de 4 filhos, funcionário da COPASA/MG há 23 anos, candidato a deputado estadual pela primeira vez, pela coligação PRTB e PTN – Renova Minas.

Luta pelos direitos sociais, porque conhece a realidade do povo: violência, falta de hospitais e centros de saúde e péssimo atendimento, remédios caros, desemprego, sistema educacional duvidoso quanto à qualidade do ensino e o particular caro, falta de moradia, de lazer e de esporte. Vivemos numa democracia não praticada e alguns políticos ainda agem no interesse pessoal, não se preocupando em atender a sua função quanto às classes mais necessitadas. Não podemos permitir a divisão e privatização de empresas como a COPASA, que é vital para a saúde do povo, principalmente a população mais pobre da periferia e municípios de estrutura precária. Os trabalhadores da Copasa e da MGS não podem ser sacrificados pelas mudanças nocivas e muito menos a população. Serei um defensor das empresas públicas fora das mãos gananciosas da iniciativa privada.